

HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ NO LIMITE DO DESCRÉDITO

Em 2006, por ocasião de mais uma crise na navegação no reservatório de Itaipu, a ANUT fez ver às autoridades as conseqüências da ação fragmentada dos órgãos públicos interessados no uso múltiplo dos rios e da atuação independente e isolada dos órgãos do setor elétrico, notadamente do eixo ANA-ONS, o que levou a ANTAQ, por sugestão nossa, a instalar um Grupo Técnico de Assessoramento – GTA, envolvendo ANTAQ/MT/DNIT/MARINHA e convidados do setor privado para discussão das questões relacionadas à viabilização da navegação em rios “barrados”, principalmente o estabelecimento dos níveis mínimos para navegação e cotas de operação das hidrelétricas, nas discussões conjuntas a serem desenvolvidas com as entidades do setor elétrico.

Em 06/12/07 encaminhamos correspondência à Diretoria da ANTAQ, dando conta dos graves prejuízos à navegação nos reservatórios das UHE de Itaipu e Tucuruí, porque os níveis de operação daqueles reservatórios continuavam sendo assumidos pelo ONS sem qualquer consulta ou pré-aviso às demais entidades envolvidas no uso múltiplo das hidrovias.

Chegamos a pedir, naquela ocasião, a ANTAQ, que levasse o assunto, com urgência, ao conhecimento da Casa Civil, na esperança de uma medida excepcional que impedisse a concretização de prejuízo a uma associada que estava com comboio retido no lado paraguaio do lago de Itaipu, por falta de água, tendo a bordo 3.400 toneladas de trigo.

Decorridos cerca de dois meses, e estando num período de chuvas, portanto favorável para a navegação, nada mudou: o nível do lago em Itaipu continua abaixo do mínimo para navegação no canal de Guaira; a nossa associada já corre o risco de suspensão dos seus contratos, naturalmente com pesadas perdas; e ainda pior, sem dispor de qualquer informação sobre a programação da ONS para a UHE de Itaipu.

Estando, a nossa associada, a beira de cancelar ou de ter cancelados os compromissos assumidos para transporte de trigo paraguaio pela hidrovia Tietê-Paraná, fomos forçados a recorrer diretamente à intervenção da Casa Civil para evitar um revés tão profundo quanto o descrédito da Hidrovia Tietê-Paraná, por absoluta falta de entendimento entre as autoridades envolvidas no uso múltiplo e racional das águas.